

EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Walter Paixão de Sousa¹

RESUMO

Este artigo analisa os limites das diferentes abordagens acadêmicas utilizadas para avaliar as potencialidades do extrativismo de recursos naturais renováveis no contexto do desenvolvimento da Amazônia. Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, justificada pela necessidade de contextualizar o extrativismo de recursos naturais renováveis como processo histórico, especialmente por continuar presente nas diversas realidades socioeconômicas da Amazônia. O resultado e as conclusões demonstraram que analisar as possibilidades de produtos do extrativismo de recursos naturais renováveis (madeiras, frutos, resinas, etc.) apenas pela ortodoxia econômica neoclássica seria uma perspectiva ultrapassada e que deveria ser descartada.

Termos para indexação: Amazônia, desenvolvimento, extrativismo, recursos naturais renováveis.

EXTRATIVISM AND DEVELOPMENT IN THE AMAZON CONTEXT

ABSTRACT

This article analyzes the limits of the different academic approaches used to evaluate the potential of extractivism of renewable natural resources in the context of Amazonian development. For this, bibliographical research was adopted as the methodological procedure, which is justified by the need to contextualize the extractivism of renewable natural resources as a historical process especially because it is continually present in the diverse socioeconomic realities of the Amazon. The results and conclusions showed that analyzing the possibilities of products extracted from renewable natural resources (woods, fruits, resins, etc.) only by neoclassical economic orthodoxy would be an outdated perspective and should be discarded.

Index terms: the Amazon, development, extractivism, renewable natural resources.

INTRODUÇÃO

Embora o extrativismo tenha reconhecida presença na economia amazônica, não há, historicamente, consenso sobre suas potencialidades enquanto base de estratégias de desenvolvimento. Esse aspecto será examinado neste artigo.

Analisa-se aqui os limites das diferentes abordagens acadêmicas utilizadas para avaliar as potencialidades do extrativismo de recursos naturais renováveis no contexto do desenvolvimento da Amazônia.

¹ Engenheiro-agrônomo, doutor em Extensão Rural, Analista A da Embrapa Amapá, Macapá, AP. walter.sousa@embrapa.br

O resultado e as conclusões demonstraram que analisar as possibilidades de produtos do extrativismo de recursos naturais renováveis (madeiras, frutos, resinas, etc.) apenas pela ortodoxia econômica neoclássica seria uma perspectiva ultrapassada e que deveria ser descartada. Assim, adotou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, justificada pela necessidade de contextualizar o extrativismo de recursos naturais renováveis como processo histórico, especialmente por continuar presente nas diversas realidades socioeconômicas da Amazônia.

A pesquisa bibliográfica se mostra extremamente útil para organizar e dar uma sequência lógica aos diversos (e mesmo divergentes) posicionamentos sobre o extrativismo como promotor de desenvolvimento que se encontram dispersos em inúmeras publicações. Inicialmente, apresenta-se uma breve referência sobre as presenças pregressa e atual do extrativismo no contexto amazônico, com ênfase no extrativismo vegetal não madeireiro. Foram analisadas as representações sobre o extrativismo que enfatizam seus limites enquanto base para estratégias de desenvolvimento e, depois, foram examinadas as representações que enfatizam suas potencialidades. Uma vez contrapostas essas perspectivas, investigou-se seu impacto sobre as políticas públicas sob a perspectiva das potencialidades. Por fim, buscou-se apontar alguns desafios colocados atualmente às estratégias de desenvolvimento com base no extrativismo.

DISCUSSÃO

Extrativismo: um componente destacado na realidade amazônica

Se, para as comunidades indígenas autóctones da Amazônia, os recursos da fauna e da flora interessavam pela sua finalidade de atender às necessidades de reprodução biológica direta, para o mercantilismo europeu – que chegou à Amazônia por volta do ano de 1616 –, eles representavam a possibilidade de gerar riquezas a partir da extração e exportação de alguns produtos para a Europa. Sousa (2006) relatou uma diferença entre coleta e extrativismo: o extrativismo compreenderia o uso de produtos extrativos como mercadoria para exportação e constituiria a base da economia amazônica por um longo período de tempo; já a coleta compreenderia o uso de produtos extrativos como alimento, como medicamento, enfim, como alvo do consumo direto e não como mercadoria.

Ao tratar do extrativismo, é necessário reconhecer a existência de dois diferentes grupos de recursos naturais: os renováveis e os não renováveis. O extrativismo de recursos naturais não renováveis (como os hidrocarbonetos, minerais ferrosos, etc.) está geralmente ligado ao uso de alta tecnologia, enquanto o extrativismo de recursos naturais renováveis, por sua vez, se caracteriza pelo baixo nível de tecnologia e incorporação de mão de obra sem maior qualificação (Drummond, 1996).

Para Homma (1993), o cacau (*Theobroma cacao*) foi o produto do extrativismo da flora amazônica que inaugurou os “ciclos extrativistas” e que passou a caracterizar a relação da Amazônia com as economias capitalistas mundiais. Em sua opinião, com o “ciclo da borracha” (1889/1900), a economia extrativista na região amazônica alcançou seu auge. No entanto, na sequência (já no início da década de 1920), por causa da borracha natural (*Hevea brasiliensis* L.) produzida nos seringais de cultivo do Sudeste Asiático, esse nicho de mercado foi perdido. Com a produção da borracha pelos cultivos asiáticos, a borracha natural passou a ser uma commodity dos países industrializados, o que inviabilizou a produção extrativista da borracha na Amazônia. Assim, se desorganizou todo um sistema financeiro regional estruturado em torno dessa modalidade de extrativismo, gerando uma grave crise social na região.

Com base na dinâmica observada nos casos do cacau e da borracha, o extrativismo foi considerado, por muitos, como uma atividade transitória, efêmera em maior ou menor medida, razão pela qual as visões restritivas sobre suas contribuições ao desenvolvimento vieram a ser contestadas mais significativamente somente a partir de meados da década de 1980.

Neste artigo, em face da necessária conservação ambiental da Amazônia, a ênfase será dada ao extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNMs). Considerando-se a classificação adotada na base dos dados agregados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), chamada Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), os PFMNs compreendem:

- produtos alimentícios, como o açaí (fruto e palmito da *Euterpes oleracea* Mart.) e a castanha (fruto da *Bertholletia excelsa* Bonpl.);
- produtos aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes, como o jaborandi (folha da *Pilocarpus jaborandi* Holmes) e o urucum (semente da *Bixa orellana*);

- borrachas naturais, como os látex do caucho (*Castilla ulei*) e da seringueira (*Hevea brasiliensis* L.);
- ceras, como a de carnaúba (*Copernicia prunifera*);
- fibras, como a piaçava (*Leopoldinia piassaba* Mart.);
- gomas naturais não elásticas, como a balata (*Mimusops amazonica* ou *Manilkara bidentata*) e a sorva (*Sorbus domestica* L.);
- produtos oleaginosos, como o óleo do babaçu (*Orbignya speciosa* Mart.);
- tanantes, como a casca do barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman* Mart.).

A importância atual dos PFNMs pode ser avaliada a partir da evolução da sua participação econômica na Tabela 1 e Figura 1.

Tabela 1. Comparação entre o valor bruto da produção extrativista vegetal e do agrícola. Região Norte no período de 2010-2014 (em milhões de dólares).

Ano	Agricultura	Extrativismo	PFNM ¹	GEVA ²	VPEV ³ / VPA ⁴	PFNM/ VPEV	GEVA/ PFNM
2009	53.177	1.715	205	122	3,23%	11,95%	59,51%
2010	57.962	1.574	226	138	2,72%	14,36%	61,06%
2011	73.494	1.868	290	197	2,54%	15,52%	67,93%
2012	82.958	1.598	317	229	1,93%	19,84%	72,24%
2013	92.214	1.639	411	322	1,78%	25,08%	78,35%
2014	100.326	1.740	464	359	1,73%	26,67%	77,37%

¹ PFNM = produtos florestais não madeiros; ² GEVA = grupo dos extrativistas vegetais alimentícios;

³ VPEV = valor de produção do extrativismo vegetal; ⁴ VPA = valor de produção da agricultura.

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Dividindo-se o valor da produção do extrativismo vegetal (VPEV) pelo da agricultura (VPA), verifica-se que, no ano de 2009, o VPEV, que representava 3,23% do VPA, passou a representar 1,73%, intuindo-se que o extrativismo florestal perdeu, de fato, importância em 2014 no geral da socioeconomia dessa região. Contudo, o extrativismo florestal não desapareceu, e mantém sua importância em localidades tradicionais da Amazônia, cumprindo o que já

havia sido confirmado em vários trabalhos publicados a partir de meados da década de 1980.

Pela análise da Tabela 1, verifica-se que os PFNMs demonstraram um ganho expressivo de representatividade econômica em relação à totalidade do extrativismo de recursos naturais renováveis, passando de uma representatividade aproximada de 12%, no ano de 2009, para 27% no ano de 2014, um crescimento de mais de 123% no período de 2009/2014 (quase 100 vezes maior do que o da totalidade dos produtos do extrativismo). E, dentro do grande grupo de PFNMs, o subgrupo dos produtos extrativistas vegetais alimentícios (GEVA) se destaca. Estes, que já representavam quase 60% da economia dos PFNMs no ano de 2009, elevaram sua participação para mais de 77% no ano de 2014.

Esses números revelam indícios da ressurgência de outra matriz (não apenas a madeireira) de uso potencial das florestas nativas da Amazônia brasileira? Tendo em vista que esta indagação indica potencialidades do extrativismo de PFNMs (e, entre eles, da categoria dos produtos alimentícios), cabe buscar compreender as controvérsias existentes sobre as relações entre extrativismo e desenvolvimento.

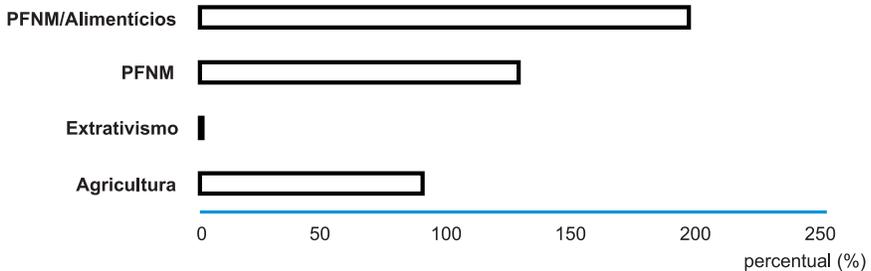


Figura 1. Crescimento percentual dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) na economia brasileira no período de 2009 a 2014.

Fonte: IBGE (2015).

Dentro do grande grupo de PFNMs, o subgrupo dos produtos alimentícios se destacam. Eles representavam 12% da economia dos PFNMs no ano de 2009 e elevaram sua participação para 27% no ano de 2014. Além disso, esse

subgrupo apresentou um crescimento ao redor de 194%, ou seja, no período considerado, o subgrupo dos PFNMs alimentícios cresceu 68 pontos percentuais acima do total do grupo dos PFNMs.

Esses números revelam indícios da ressurgência de outra matriz (não apenas a madeireira) de uso potencial das florestas nativas brasileiras? Tendo em vista que essa indagação indica potencialidades do extrativismo de PFNMs (e, entre eles, da categoria dos produtos alimentícios), cabe buscar compreender as controvérsias existentes sobre as relações entre extrativismo e desenvolvimento.

Construção de uma representação negativa: associação entre extrativismo e atraso, pobreza e subdesenvolvimento

No âmbito das teorias do desenvolvimento, há consenso sobre a importância das perspectivas evolucionistas e de modernização – que dominaram as representações sobre o desenvolvimento até meados da década de 1980. Na perspectiva evolucionista, o extrativismo é associado genericamente à coleta e a modos de vida primitivos (do início da evolução cultural das sociedades) e, portanto, uma atividade que seria abandonada no curso da evolução cultural.

No pós-guerra, iniciou-se debate sobre o subdesenvolvimento e as formas de superá-lo a partir de descrições e princípios compartilhados que vieram a ser conhecidos como Teoria da Modernização. Para Beltrão (1965), a política norte-americana para o desenvolvimento da América Latina naquela época teve forte inspiração nas publicações do economista Walt W. Rostow, para quem, na interpretação de Beltrão (1965), reduzia por si as possibilidades do extrativismo de recursos naturais na construção de trajetórias de desenvolvimento econômico:

[...] para dar o arranco (*take off*) ao crescimento econômico autopropulsivo (*self-sustained*) de outros setores, sejam aqueles fornecedores de matérias-primas e bens de produção (*backward linkage*), como de consumo de novos produtos (*forward linkage*) [...] por meio do qual se alcançaria versatilidade de se produzir tudo o que se quer com pouca ou nenhuma disponibilidade de recursos naturais (Rostow, 1953 citado por Beltrão, 1965, p.138-139).

Outra visão sobre a problemática do subdesenvolvimento foi elaborada por Furtado (1996). Para esse autor, é um mito epistemológico e metodológico realizar a análise do desenvolvimento econômico de países periféricos a partir da modelagem do desenvolvimento universalizante presumido pela política

norte-americana daquela época, conhecida como Aliança para o Progresso. Essa crítica tem como fundamento a constatação da disparidade entre o preço da matéria-prima (do recurso natural extrativista não renovável ou mesmo renovável) ofertado pelos países da periferia e o preço dos produtos após a sua industrialização no Hemisfério Norte (o valor agregado). Para Furtado (1996), esse é o fator que aumenta o fosso entre as sociedades do Hemisfério Norte e as dos países periféricos – consubstanciado na falta de renda para consumir os produtos e se inserir no modo de vida das sociedades urbanas industrializadas.

Um dos autores com maior influência na discussão específica sobre as perspectivas do extrativismo no contexto amazônico é Alfredo Homma, que, há mais de 3 décadas, publica sobre o tema. Homma (1993) fez uma avaliação das potencialidades do extrativismo a partir da interpretação de tendências observadas pelo estudo da história da economia agrária amazônica e argumentou que o extrativismo configura ciclos de crescimento econômico efêmeros. O extrativismo compreende, assim, quatro fases distintas:

[...] na primeira, a fase de expansão, observa-se o franco crescimento da extração, favorecida pela existência de melhores reservas ou pela posição monopolística que caracterizaria o mercado do produto [...] na segunda, a fase da estabilização, representaria o equilíbrio entre a oferta e a demanda, perto da capacidade máxima de extração. Nesta fase, haveria um esforço dos extratores para se manter a produção obtida e uma elevação nos custos para atender os compromissos com o mercado criado. Os preços passariam a se elevar a partir desta fase dada a incapacidade do setor de aumentar a produção para atender o crescimento da demanda. Medidas de estímulo à produção nacional podem ser adotadas, incluindo o protecionismo, como no caso da borracha de seringais nativos, com preços no mercado interno duas ou três vezes superiores aos obtidos pelo produto no mercado externo – uma medida destinada ao incentivo aos seringais de cultivo e um paradoxo para se retardar a extinção da produção extrativa [...] a terceira fase seria o declínio, provocado pelos altos custos e volumes cada vez menores do produto pelo extrativismo [...] a quarta fase seria a troca do produto pela sua oferta dos cultivos racionais a partir da reconhecida comprovação da superioridade econômica do produto do cultivo sobre o mesmo produto vindo do extrativismo (Homma, 1993, p.16-21).

Outro autor que discutiu as possibilidades do extrativismo no desenvolvimento da Amazônia foi Stephen G. Bunker. Bunker (2004) analisou a dinâmica do extrativismo baseada nas relações de poder entre as organizações do local de origem do recurso extrativo (no caso, a Amazônia) e as organizações que fazem a industrialização dos recursos naturais de origem extrativa (que

estão localizadas nos países centrais) para explicar a reprodução da pobreza na Amazônia.

Bunker (2004) concorda com Furtado (1996) ao reconhecer que a diferença de preço entre o recurso natural extrativista bruto e os produtos industrializados inviabiliza eleger o “extrativismo puro” como estratégia de desenvolvimento da Amazônia. As commodities extrativistas, como o minério de ferro dessa região, quando importadas, têm valor agregado a partir de sua transformação em produtos industriais geradores de bens de capital. Essa transformação é resultado das pesquisas que combinam o uso da borracha natural com o ferro, o carvão e o vapor e que são realizadas pelos conglomerados empresariais americanos, o que possibilita o desenvolvimento nas localidades distantes de sua origem (no interior da Floresta Amazônica).

Contudo – diferentemente da interpretação de Furtado (1996) –, para Bunker (2004), isso não implica condenar todos os produtos do extrativismo, pois as conclusões tomam por base um conjunto restrito de estudos de caso, o que não autoriza a generalização para todo o conjunto da produção extrativista da Amazônia.

Por fim, Bunker (2004) buscou em Innis (1933 e 1956) a compreensão dos condicionantes da conformação e viabilidade do extrativismo. Considerou, assim, como os atributos físico-químicos das matérias-primas extrativistas e sua localização no espaço (que, por sua vez, são condicionados pela topografia, pela hidrologia, pela geologia, pelo clima e pela biologia) são diferenciais que proporcionam bases mais reais para explicar as estratégias sociais e geopolíticas adotadas para a extração, o transporte, a transformação, a troca e o consumo nos seculares processos de produção e troca de bens e serviços entre o centro e a periferia.

Construção de uma representação positiva: associação entre extrativismo e sustentabilidade, preservação da biodiversidade, inclusão social e valorização da identidade cultural

Do conjunto das contribuições expostas na seção anterior, percebe-se que aqueles autores trabalharam a problematização das contribuições do extrativismo para o desenvolvimento econômico (Beltrão, 1965; Furtado, 1996; Bunker, 2004) ou acumulação econômica (Homma, 1993) ou anacronismo

(Lescure et al., 1996). Quando a ideia de desenvolvimento se desloca para considerar a dimensão ambiental (sustentabilidade), a visão sobre o extrativismo passa a ser positiva (desenvolvimento sustentável). A partir da década de 1990, com o crescimento da preocupação política com superação da pobreza, inclusão social e valorização de identidades culturais, emergiram representações mais positivas quanto às possibilidades do extrativismo no desenvolvimento.

Nessa perspectiva, considerou-se que a Amazônia é parte do Trópico Úmido, uma faixa central ao redor da Terra que cobre 10% da superfície do planeta e abriga quatro grandes tipos de agrupamentos residuais de florestas. É um meio biofísico complexo que, para se manter equilibrado, necessita que sejam restritas as formas de uso por atividade agrícola convencional e que seja eleita a coleta de produtos diretamente da flora e da fauna como a principal forma para sustentabilidade na relação homem/natureza nessa região, conforme ensinaram as populações autóctones da Amazônia (Morán, 1990).

Um dos marcos nesse processo de construção de representações positivas sobre o extrativismo situa-se em meados da década de 1990, quando se conferiu relevância política à problematização da questão ambiental na discussão sobre o desenvolvimento na Amazônia. Para Sachs (1995), esse processo ocorreu nos marcos da revisão da concepção de “desenvolvimento” amparada no deslocamento de “desenvolvimento sustentável” da esfera técnica para a política com o relatório de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega. Além disso, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – também conhecida como Rio-92 – inaugurou o debate sobre o controle do uso dos recursos naturais pelos países periféricos que os produzem.

Preocupações com questões relativas à desigualdade social também levaram a uma mudança de visão sobre potencialidades do extrativismo. Nesse sentido, o debate sobre o desenvolvimento sustentável quando retomado – com mais vigor – na World Summit for Social Development (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social) realizada em Copenhague em 1995, estabeleceu foco sobre a questão da pobreza generalizada nos países periféricos e nas zonas periféricas dos países mentores dessa concepção de desenvolvimento (Sachs, 1995).

O reconhecimento dos limites do desenvolvimento econômico impostos pelos limites à exploração dos recursos naturais abriu espaço para o surgimento

de uma abordagem neoclássica sobre o meio ambiente e de três correntes de autores na elaboração de proposições de alternativas ao desenvolvimento: a economia de recursos naturais, a bioeconomia e a economia ecológica (Rapozo, 2014).

Becker (2001, 2005), por exemplo, ressaltou o valor do ecossistema amazônico em relação à problemática da mudança climática e à preservação de recursos da biodiversidade. Pelo estudo do funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, comprovou-se que mudanças nos usos da terra têm forte impacto nas interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da Terra. Para a autora, esses estudos ratificam a importância de considerar benefícios econômicos advindos de atributos não tangíveis, como o sequestro de gás carbônico (CO₂), na comprovação científica da relação de ecossistemas naturais (como a Floresta Amazônica) com a estabilidade climática do planeta.

Dessa forma, entende-se que esses atributos devem ser embutidos no cálculo do preço do uso desse recurso natural. Essa sistemática de cálculo pode revelar que, de um ponto de vista da sociedade, a performance dos sistemas extrativistas é superior à de outros sistemas, desde que considerado o conjunto de seus benefícios (que, como externalidades, não são incorporados nos cálculos convencionais). O reconhecimento do valor potencial dos recursos da biodiversidade é outro elemento a considerar na comparação entre alternativas de desenvolvimento (Becker, 2001, 2005).

Cavalcanti (2010) enxergou um perigo ao se atribuir, na mesma medida, valor monetário a bens e serviços ecológicos e a ativos construídos pelos humanos, tal como proposto por Becker (2001, 2005). Ele optou por compreender a sustentabilidade ecológica como a manutenção de estoques físicos de capital natural (não os seus correspondentes valores monetários), uma questão que conduz àquilo que ele denomina de “sustentabilidade forte”. Essa é uma possibilidade real desde que precedida de uma análise econômica com base em conhecimento ecológico e que tem, como uma de suas missões, a promoção de uma modelagem dos elos ecológicos que determinam as interfaces entre sistemas naturais e econômicos (ou “produtivos”).

A “sustentabilidade forte” de que tratou Cavalcanti (2010) teria inspiração na Lei da Entropia (“a de natureza mais econômica de todas as leis naturais”)

formulada por Georgescu-Roegen. Para Coronel & Silva (2010), na formulação da Lei da Entropia, se considerou que, no processo “fordista” de produção de bens industriais, aumenta a taxa de conversão de recursos naturais não renováveis em resíduos não recicláveis. Por isso, do ponto de vista biológico, as fábricas “fordistas” devem ser vistas mais como ameaça do que como um progresso da humanidade. Isso abre uma nova perspectiva para a ciência econômica a partir da década de 1970 – a bioeconomia – na qual se revela uma “essência biológica” da atividade econômica em geral e do desenvolvimento tecnológico em particular.

Embora esses princípios tenham sido lançados ainda na década de 1970, Rodrigues et al. (2012) consideram a nova bioeconomia como um paradigma em formação para analisar os processos de desenvolvimento. Para eles, uma das conceituações mais difundidas da nova bioeconomia seria a utilizada pela União Europeia: bioeconomia seria a corrente que estuda a “produção sustentável de recursos biológicos renováveis e a sua conversão em alimentos, rações, e produtos elaborados a partir de material biológico” (União Européia, [2010?] citada por Rodrigues et al., 2012, p.22).

Para Rodrigues et al. (2012), a nova bioeconomia se diferenciaria daquela existente desde os “primórdios da humanidade” pelo fato de possuir, como característica básica, o uso intensivo de conhecimentos científicos e tecnológicos muito mais amplo e avançado, da biotecnologia, bioinformática, nanotecnologia, tecnologia da informação, biologia molecular, modificação genética de organismos vivos, clonagem e sequenciamento de DNA, entre outras.

Nas referências bibliográficas anteriormente citadas nesta seção tanto sobre a economia de recursos naturais como sobre a bioeconomia ou a economia ecológica, os autores apresentaram arrazoados concisos ligando as ciências econômicas a outras ciências, em especial as denominadas ciências da natureza. Entretanto, permanece a falta de um diálogo preferencial com as ditas ciências da sociedade, ou melhor, uma consideração sobre as pessoas, pois são elas que estão na “ponta”, modificando e sendo modificadas pelas manipulações da natureza.

Em um documento sobre o desenvolvimento tecnológico futuro da agropecuária brasileira (Embrapa, 2014), foi apresentada uma visão bastante positiva da participação da bioeconomia. Contudo, nada desse “novo” revela

uma preocupação focada no bem-estar da sociedade e das pessoas, sobretudo daquelas frações mais vulneráveis de produtores:

A biologia moderna avança à velocidade alucinante e promete, nas próximas décadas, estabelecer uma base científica e tecnológica radicalmente nova, que transcende a atual transgenia aplicada às commodities. Entre as principais rotas que a biotecnologia deve explorar, estão o domínio da biologia sintética e dos processos metabólicos dos organismos (plantas, animais e microrganismos) e seu direcionamento para a produção de materiais e substâncias de alto valor agregado, direcionados para usos não alimentares (usos químicos e bioquímicos, médicos, farmacêuticos, nutricionais, energéticos, etc.). Esses avanços irão transformar os mercados do ponto de vista da ampliação do leque de oportunidades.

O sofisticado embasamento técnico e a natureza genérica da biotecnologia moderna irão possibilitar a criação de uma nova bioeconomia, com influências em diversos campos do conhecimento e com possibilidades de desenvolvimento de imensa gama de novos produtos e processos, abrindo possibilidades e interfaces para a agricultura com ramos bioindustriais novos. O Brasil tem condições de alavancar os potenciais econômicos e de sustentabilidade da nova bioindústria, tanto para intensificar a produção de alimentos, fibras e energia limpa, como para desenvolver uma nova e pujante indústria de químicos renováveis, sem competição com a produção de alimentos (Embrapa, 2014, p.46).

No caso da realidade amazônica, a preocupação com as pessoas ganhou destaque na época do desenvolvimento sustentável de Sachs (1995), graças à adesão de um certo contingente acadêmico à luta dos seringueiros em prol do direito de manutenção de seus modos de vida. Essa luta encontrou eco em autores como Allegretti (1996), Rêgo (1999), Costa Filho & Braga (2003), Maciel (2003) e Almeida (2012), todos eles declaradamente opositores da representação negativa do extrativismo de Homma (1993).

Allegretti (1996), por exemplo, justificou sua defesa do extrativismo ao comparar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) antes e depois das políticas agropecuárias modernizadoras coordenadas, na região, pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980 e executadas por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco da Amazônia (Basa) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrícola (Incra). Na análise elaborada por ela, os prejuízos associados à degradação ambiental provocados tanto por grandes empresas de pecuária bovina de corte como por projetos de colonização dirigidos foram superiores aos benefícios econômicos e sociais gerados por esses projetos. Assim, essa comparação serve de evidência da

pouca expressividade dos benefícios dessas intervenções modernizadoras sobre a socioeconomia regional.

Neoextrativismo: a formulação de políticas públicas a partir da representação positiva do extrativismo

Em resposta aos movimentos dos seringueiros e comunidades tradicionais, movimentos ambientalistas, pressões internacionais e crítica acadêmica, observou-se um processo de revisão dos modelos e estratégias de desenvolvimento para a região amazônica no decorrer da década de 1990. Na sua origem, a relação do neoextrativismo com o desenvolvimento local aconteceu a partir de uma palestra proferida pelo sociólogo Mauro Almeida em janeiro de 1988, na sede da atual Fundação Elias Mansur em Rio Branco, AC, como parte de um simpósio organizado pelo Instituto de Estudos Amazônicos, dirigido pela também socióloga Mary Allegretti:

[...] a tese apresentada aos observadores externos era simples: enquanto até então sociólogos e historiadores de inclinação marxista ou desenvolvimentista viam o fim dos seringais como sinônimo do fim dos próprios seringueiros e da vida na floresta, o movimento dos seringueiros defendia era o fim dos seringais, com a conservação do modo de vida associado às *colocações*. A questão colocada aos líderes seringueiros era: como poderão os seringueiros substituir o sistema patronal e reorganizar coletivamente a vida na floresta ao manter o sistema das *colocações*? As duas questões continuam a exigir respostas, agora com apoio em duas décadas em que a ideia de Reservas Extrativistas difundiu-se em dezenas de variantes em todo o país (Almeida, 2012, p.123-124).

A partir de então, conforme Drummond (1996), foi estabelecida uma importante coalizão política em prol de um tipo de desenvolvimento baseado na valorização de recursos locais. Essas coalizões políticas sensibilizaram a opinião pública, legitimando políticas públicas como a das reservas extrativistas (Resex) (Allegretti, 1996).

Uma combinação de procedimentos técnicos e políticos possibilitou a criação de Resex a partir do fim da década de 1980. Embora as Resex acarretassem o direito de uso de determinado território por comunidades extrativistas, não assegurariam automaticamente condições de vida satisfatórias. Nesse sentido, reconheceu-se que o extrativismo tem um desempenho limitado enquanto possibilitador de acumulação econômica, mas desempenho adequado em termos ambientais e de atenção aos mais pobres. Nesse contexto, a solução

encontrada foi associar o direito de acesso à terra a estratégias para melhoria do desempenho dos sistemas extrativistas no âmbito econômico. Iniciou-se, assim, uma significativa discussão sobre formas de melhorar a performance econômica do extrativismo.

Para Maciel (2003), foram Costa Filho & Braga (2003) os primeiros autores a denominarem essas melhorias nos sistemas de produção extrativistas na Amazônia de “neoextrativismo”. Para esse autor, o neoextrativismo é “um ambiente social específico, em simbiose e equilíbrio com a natureza e mais determinado pelo universo cultural do que pelas demais instâncias da vida social” (Costa Filho & Braga, 2003, p.6). No que se refere à ampliação da produtividade do recurso extrativista, Rêgo (1999), além de conceber o neoextrativismo como intervenções de manejo no “extrativismo puro”, também compreende a sua associação com os cultivos agroflorestais, desde que não envolvam técnicas agropecuárias e silviculturais da Revolução Verde. Na concepção de Costa Filho & Braga (2003), o neoextrativismo não reflete uma utopia acadêmica. O autor descreveu os cultivos agroflorestais como uma prática histórica das comunidades tradicionais da Amazônia, que envolve técnicas de cultivos em consórcio de espécies perenes diversificadas, em imitação à estrutura de floresta natural. A academia faz uma sistematização dessa prática milenar gerando um modelo (utópico) sintetizado na noção de ilhas de alta produtividade (IAP), que demandam tecnologias desenvolvidas pela pesquisa agropecuária clássica, considerando os saberes e práticas tradicionais, o conhecimento dos ecossistemas e as condições ecológicas regionais (Maciel, 2003).

Allegretti (1996) apresentou estratégias para possibilitar que o neoextrativismo constitua base para o desenvolvimento local. A autora fez referência ao neoextrativismo como uma sequência articulada de três conjuntos de intervenções de desenvolvimento: 1) elevação da oferta do produto por unidade de área explorada, passando das condições originais de área de extrativismo puro para ambiente produtivo manejado, mudança necessária para manter o conjunto de inovações seguinte; 2) agroindústria cooperativa como forma de fazer a distribuição democrática do valor agregado com produção, beneficiamento e comercialização de produtos industrializados; e 3) capacitação das novas organizações para fazer com que as experiências-piloto ganhem escala.

Os modelos técnicos e de organização social alternativos – correspondentes à materialização do neoextrativismo – embasaram iniciativas de desenvolvimento

diversas e projetos de alcance local ou de abrangência internacional. No entanto, segundo críticos, o anacronismo foi a razão de fracasso de projetos que tentaram transformar produtos do extrativismo tradicional da Amazônia, inviabilizando processos de desenvolvimento de localidades dessa região. Essa dificuldade também se repetiu em escala em semelhantes iniciativas financiadas pelo Banco Mundial no período de 2002 a 2011 (Cardoso, 2016).

No caso da Amazônia brasileira, identificaram-se limites nas proposições técnicas e de organização social. Costa Filho & Braga (2003), por exemplo, comprovou que as atividades das IAPs não apenas se mostraram economicamente inferiores às atividades agropecuárias clássicas na Amazônia, como também muito pouco avançaram em termos de construção social de mercados e agregação de valor a suas produções.

Uma das limitações identificadas na concretização da proposta de neoextrativismo relaciona-se ao “atraso tecnológico”. Maciel (2003) reconheceu que a concretização do neoextrativismo em conformidade com a conceituação de Costa Filho & Braga (2003) esbarra no imenso “atraso tecnológico” existente nas regiões extrativistas vegetais da Amazônia e na necessidade urgente de superação desse entrave para um desenvolvimento efetivo.

Para Lescure et al. (1996), nos locais da Amazônia onde a modernização dos arcaicos sistemas extrativistas se revelou de pouca efetividade, o extrativismo puro está desaparecendo. Nesse contexto, o reconhecimento dos serviços ambientais e do valor dos recursos da biodiversidade tem despertado discussão sobre estratégias complementares para melhoria do desempenho econômico de sistemas extrativistas e sustentação das famílias.

Para autores como Castro (2005) e Costa (2009), a transformação da potencialidade do neoextrativismo em realidade com vistas à defesa do desenvolvimento da Amazônia mediante estratégias agrícolas *stricto sensu* depende do aparato institucional de ciência e tecnologia (C&T) e da geração de novos conhecimentos que possam rivalizar com as poderosas forças que dominam e se impõem. Além disso, a concretização das possibilidades do neoextrativismo depende de prévia campanha midiática para forçar as instituições de C&T (que, naturalmente, dariam legitimidade não apenas a futuras políticas de desenvolvimento da Amazônia pautadas no reconhecimento dos presumíveis serviços ambientais prestados pela biodiversidade das florestas

naturais da região, mas também a sua incorporação como valor de troca mercantil).

Bioextrativismo: uma proposição pós-moderna de desenvolvimento a partir do extrativismo?

Uma proposição pós-moderna seria aquela que se identificaria com a problematização do desenvolvimento sob a perspectiva dos seus beneficiários: as pessoas. Essa perspectiva dialoga com ideários como o de outro desenvolvimento ou ecodesenvolvimento, de desenvolvimento endógeno ou local e, recentemente, com a discussão sobre alternativas ao desenvolvimento, inicialmente postulada por Escobar (1995).

Para Escobar (1995), há possibilidade de conceber alternativas de desenvolvimento através da cultura produzindo miscigenações entre as estratégias de desenvolvimento convencionais – que não desaparecem – e abrindo espaços, na esteira do capital ecológico, a discursos sobre a pluralidade cultural, a biodiversidade e as etnias. Nesse sentido, o autor aponta que alguns grupos sociais vêm inovando pela tentativa de criar visões inéditas de si mesmos e do mundo à sua volta. Instados pela necessidade de encontrar alternativas para não serem arrastados por outra rodada de desenvolvimento convencional, eles se organizam a partir de dois princípios centrais: a defesa da diferença cultural (não como algo estático, mas como uma força transformada e transformadora) e a valorização das necessidades econômicas e oportunidades em termos que não são estritamente os do lucro e do mercado.

As visões críticas às estratégias convencionais de desenvolvimento formuladas por Escobar (1995) encontram continuidade nas perspectivas do *buen vivir* de Silva (2011) e de Gudynas (2011a, 2011b). Na opinião de Silva (2011), as críticas de Escobar (1995) são fundamentadas num processo de colonização cultural e no neoliberalismo econômico, que resultam no “aumento de las desigualdades y la marginalización social, quiebra de la democracia, deterioro... del medio natural, e incremento de la pobreza y la alienación” (Silva, 2011, p.111).

Silva (2011) destacou o esforço de comunicadores, educadores, gestores e cientistas no sentido de realizar estudos históricos e prospectivos ao elaborar *frameworks* com desafios críticos para “ser feliz”, ter “boa vida” e “viver bem”

em comunidades rurais e urbanas da América Latina. A regra era a valorização de “ser feliz”, ter “boa vida” e “viver bem”, pois seus proponentes entendem que, sem espaço para emoção e sonhos humanos, não se realiza a dimensão subjetiva da existência. Num mundo cibernético – sem sentido humano –, participação, negociação e interação são desnecessárias; mas, para os comunicadores e educadores comprometidos com “ser feliz”, ter “boa vida” e “viver bem” e com as dimensões humana, social, cultural, ecológica e ética, esses aspectos são extremamente relevantes.

Gudynas (2011b) explicou os detalhamentos políticos do *buen vivir* na América Latina e reconheceu que, embora tivesse produzido suas reflexões de forma independente dos questionamentos de Escobar (1995), há fortes semelhanças entre eles: ambos representam uma desconstrução radical da base cultural do desenvolvimento, seus discursos de legitimação, suas aplicações e quadros institucionais. Esses autores explicaram que o *buen vivir* foi inspirado no conceito equatoriano de *sumak kawsay* (que significa uma vida comunitária plena das pessoas e a natureza), que é semelhante ao conceito boliviano de *aymara*. Outros agrupamentos indígenas adotam a mesma ideia da boa vida no Equador, na Bolívia e no Chile, o que demonstra que os conceitos do *buen vivir* já existiam por séculos, mas somente agora estão sendo atraídos para o debate em torno do desenvolvimento.

No entanto, o *buen vivir* não deve ser entendido como um retorno a um passado andino distante, nem como um conceito estático, mas sim como uma ideia de revisão dos espaços de interação raça/Estado, institucionalizada nas constituições atuais da Bolívia e do Equador, que preconizam a troca de saberes em redes transdisciplinares e interculturais segundo princípios de democracia participativa. Assim, preveem momentos para a democracia deliberativa e almejam que o maior número possível de atores institucionais participe ativa e conscientemente do esforço de imaginar, negociar e construir comunidades felizes com os meios de vida sustentáveis (Gudynas, 2011b).

No pós-extratativismo de Gudynas (2011a), as exportações continuam dando sustentabilidade aos produtos do extrativismo, o que não representa stricto sensu qualquer mudança na forma anterior do extrativismo tradicional. Para ele, a diferença seria que o pós-extratativismo promove maior integração regional ao finalizar o ciclo de enviar grandes volumes de matérias-primas em troca de receber mercadorias manufaturadas. Essa mudança se tornou possível com o

fomento a cadeias produtivas extrativistas continentais e utilizando-se as receitas marginais advindas dessa mudança em programas de segurança alimentar para beneficiar segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social.

Para Maldonado (2013), a mudança pós-extrativismo, descrita por Gudynas (2011a), representa

uma opção contemporânea de muitos países do capital periférico, inclusive quando governados por partidos com tendências progressistas e de esquerda. Esses países periféricos têm optado por esse modelo de desenvolvimento como estrutura de suporte econômico para implementação de vultosos programas sociais voltados para a educação, saúde e luta contra a fome e miséria (Maldonado, 2013, p.162).

Com base nesses pressupostos, Maldonado (2013) analisou os casos brasileiro (o pós-extrativismo do Pré-Sal) e equatoriano (Projeto Yasuní-ITT). O termo *pré-sal*, usado para denominar a camada formada preferencialmente por rochas carbonáticas, localizada abaixo de uma camada de sal, passou a ser utilizado para reservatórios descobertos sob as camadas de sal em bacias sedimentares brasileiras, e também para o conjunto de projetos e iniciativas de extração de petróleo sob estas condições, em águas profundas. As reservas de petróleo pré-sal, localizadas em campos como Tupi, Guará, Bem-Te-Vi, Carioca, Júpiter e Lara, têm potencial estimado total acumulado entre 40 bilhões e 80 bilhões de barris. Segundo Maldonado:

Em setembro de 2013, após anos de debates e projetos no Congresso Brasileiro, o projeto de Lei dos Royalties do Petróleo foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff destinando 75% dos recursos dos royalties para educação e os outros 25% dos royalties para saúde. Somente no ano de 2013, devem ser repassados R\$ 770 milhões de reais para essas pastas (Maldonado, 2013, p.159).

Já o Projeto Yasuní-ITT do Equador – uma referência às reservas de petróleo nas áreas Ishpingo, Tambococha e Tiputini (ITT), dentro do Parque Nacional Yasuní, localizado na Amazônia equatoriana – buscava deixar 856 milhões de barris de petróleo debaixo da terra do parque, evitando, assim, a emissão de 407 milhões de toneladas métricas de CO₂. Em troca, receberiam US\$ 3,6 bilhões, a serem arrecadados por meio de um consórcio internacional. Embora fosse pouco provável de acontecer, a experiência do Projeto Yasuní-ITT representou “um avanço em direção a um desenvolvimento fora dos paradigmas hegemônicos e, portanto, ainda mais ao *sur*” (Maldonado, 2013, p.165).

CONCLUSÕES

Pelo exposto nas seções anteriores, identifica-se o extrativismo como um componente fundamental da história, da economia e do modo de vida das comunidades tradicionais da região amazônica.

Embora o extrativismo constitua um componente destacado da realidade amazônica, por muito tempo, se considerou que ele haveria de ser substituído por formas mais intensivas de uso da terra. Identifica-se aí forte influência de representações negativas sobre o potencial do extrativismo no desenvolvimento. Entende-se que as forças dessas representações negativas derivam de sua fundamentação em tradições intelectuais bem consolidadas (como as teorias evolucionistas, de modernização, estruturalistas e da dependência) ou substanciadas em evidências empíricas que apontam os limites do extrativismo na geração de renda e na dinamização econômica sustentada.

Essas representações sobre o potencial restrito do extrativismo foram colocadas em questão quando se ampliou a noção de desenvolvimento para incluir preocupações com performance ambiental, social e cultural. Assim, analisar as possibilidades de produtos do extrativismo de recursos naturais renováveis (madeiras, frutos, resinas, etc.) apenas pela ortodoxia econômica neoclássica seria uma perspectiva ultrapassada e que deveria ser descartada.

Com base nessa mudança na visão das relações do extrativismo com o desenvolvimento, soluções teóricas foram postas em prática na forma de estratégias de agregação de valor à produção extrativista (para melhorar sua performance econômica) por meio de um conjunto diverso de possibilidades tecnológicas: 1) aumento da produtividade do trabalho de extração (adensamento, tecnologia de extração); 2) melhorias na qualidade do produto (armazenamento, etc.); e, 3) formas cooperativadas de beneficiamento e comercialização. As análises dessas iniciativas geraram evidências de que pouco se conseguiu realizar o desenvolvimento local a partir do neoextrativismo. Nesse sentido, as avaliações ressaltam as limitações do extrativismo sob a perspectiva do extrativista. A visão pós-moderna de uma maior participação do Estado e de suas instituições juntamente com as organizações da sociedade civil, normatizando e regulamentando o uso de seus recursos naturais extrativistas para processos de desenvolvimento endógenos, seria uma possibilidade real para o desenvolvimento alternativo.

Esse conjunto de avaliações negativas sobre as possibilidades do extrativismo de PFNMs, dado o fraco desempenho econômico, contribui para a representação do extrativismo como atividade decadente. Isso contrasta com dados de evolução da produção (apresentados anteriormente), que apontam para significativo crescimento da produção e volume de recursos gerados pela atividade, e com avaliação positiva quanto a seus benefícios em termos ambientais e de sustentação de modos de vida de grupos culturalmente diferenciados – com suas concepções particulares de *buen vivir*.

Entende-se que essas contradições justificam a necessidade de uma abordagem mais ampla sobre a problemática da potencialidade do extrativismo considerando o contexto de conformação de sistema agroalimentar globalizado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.W.B. de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações**, v.17, p.121-152, 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n1p121.
- ALLEGRETTI, M.H. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a Região Amazônica e as atividades extrativas. In: CLÜSER-GODT, M.; SACHS, I. (Ed.). **Extractivismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Montevideo: Unesco, 1996. p.14-34. (Unesco. Compêndio MAB 18).
- BECKER, B. Ciência, tecnologia e inovação para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, n.20, p.583-613, 2005.
- BECKER, B.K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, v.6, p.135-159, 2001.
- BELTRÃO, P.C. **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Globo, 1965.
- BUNKER, S.G. Os fatores espaciais e materiais da produção e os mercados globais. **Novos Cadernos NAEA**, v.7, p.67-107, 2004. DOI: 10.5801/ncn.v7i2.43.
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v.8, p.5-39, 2005.
- CARDOSO, P. **Projetos extrativistas em florestas fracassam, aponta Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/projetosextrativistas-em-florestas-fracassam-aponta-banco-mundial#.UStMt8CrEd4.email>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, p.53-67, 2010. DOI: 10.1590/S0103-40142010000100007.

COSTA FILHO, O. S. da; BRAGA, R.A. da R. (Coord.). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre - 1996/1997**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2003.

COSTA, F. de A. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, v.8, p.35-86, 2009. DOI: 10.20396/rbi.v8i1.8648975.

CORONEL, D.A.; SILVA, J.M.A. da. **Ética e desenvolvimento sustentável**. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.7, p.287-312, 2010. DOI: 10.25070/rea.v7i3.153.

DRUMMOND, J.A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.6, p.115-137, 1996.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira**. Brasília: Embrapa, 2014.

ESCOBAR, A. **Encountering development**. New Jersey: Princeton University Press, 1995. p.112-226.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUDYNAS, E. Alcances y contenidos de las transiciones al post-extrativismo. **Ecuador debate**, n.82, p.61-79, 2011a.

GUDYNAS, E. Buen vivir: today's tomorrow. **Development**, v.54, p.441-447, 2011b. DOI: 10.1057/dev.2011.86.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2015.

LESCURE, J.P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. O povo e os produtos florestais na Amazônia Central: Uma abordagem multidisciplinar do extrativismo. In: CLÜSER-GODT, M.; SACHS, I. (Ed.). **Extractivismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Montevideo: Unesco, 1996. p.60-94. (Unesco. Compêndio MAB 18).

MACIEL, R.C.G. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 88p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia, Campinas.

MALDONADO, F.G. Um pouco mais ao sur: extrativismo, neo-extrativismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas. In: ROJAS, L.I.; ROJAS CASTRO, M.O. (Coord.). **La privatización de lo público: el manejo y la ampliación de los recursos del estado**. [S.l.: s.n.], 2013. p.157-170.

MORÁN, E.F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

RAPOZO, P.H.C. **Estado, sociedade e políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira**: dimensões sobre a gestão e governança ambiental dos recursos naturais em áreas protegidas no Estado do Amazonas/Brasil. 2014. 395p. Tese (Doutorado) Universidade do Minho, Braga.

RÊGO, J.F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência hoje**, v.25, p.62-65, 1999.

RODRIGUES, R.; SANTANA, C.A.M.; BARBOSA, M.M.T.L.; PENA JÚNIOR, M.A.G. “Drivers” de mudanças no sistema agroalimentar brasileiro. **Parcerias Estratégicas**, v.17, p.7-44, 2012.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v.9, 1995, p.29-63. DOI: 10.1590/S0103-40141995000300004.

SILVA, J. de S. **La inseguridad de la “seguridad alimentaria”**: descolonizar el “desarrollo” como meta universal para construir ‘sostenibilidad alimentaria’ en América Latina y Cuba. Campina Grande: [s.n.], 2011. Programa de Apoyo Local a la Modernización Agropecuaria en Cuba – PALMA.

SOUSA, W.P. de. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia**: a reserva extrativista do rio Cajari no Estado do Amapá. 2006. 167p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém.

Trabalho recebido em 29 de novembro de 2016 e aceito em 30 de agosto de 2017